



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO Auditoria e Fiscalidade

ANO LECTIVO 2009/2010

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Introdução ao Estudo do Direito		
Área Científica	Direito		
Classificação curricular	OBRIGATÓRIA	Ano / Semestre	1º Ano/2º semestre

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
4	108	T: 30; PL: 45	

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Horácio Lopes	Equipº. a Prof. Coordenador
Teóricas	Horácio Lopes	Equipº a Prof. Coordenador
Teórico-Práticas		
Práticas		
Prático-Laboratorial	Horácio Lopes	Equipº a Prof. Coordenador

OBJECTIVOS

Proporcionar a aquisição de conhecimentos básicos de natureza transversal aos diversos ramos do Direito, ainda que com maior enfoque no direito civil, no que respeita a matérias da respectiva teoria geral e do direito das obrigações.

PROGRAMA PREVISTO

PARTE I – NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. PRIMEIRA IDEIA DE DIREITO
2. LEIS NORMATIVAS E LEIS FÍSICAS
3. ESTRUTURAS DA NORMA JURÍDICA
4. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO
5. DIREITO OBJECTIVO E DIREITO SUBJECTIVO
6. DIREITO E ESTADO

CAPÍTULO II – FONTES DE DIREITO

7. O PROBLEMA DAS FONTES DE DIREITO
8. AS DIFERENTES ACEPTÕES DE “LEI”
9. A LEI COMO UMA DAS FONTES DO DIREITO POSITIVO
10. LEI MATERIAL E LEI FORMAL
11. LEI CONSTITUCIONAL E LEI ORDINÁRIA
12. ELABORAÇÃO DA LEI
13. REGULAMENTOS
14. ASSENTOS
15. INEXISTÊNCIA JURÍDICA, INVALIDADE E INEFICÁCIA DA LEI
16. CESSAÇÃO DA VIGÊNCIA DA LEI
17. COSTUME: NOÇÃO, REQUISITOS, ESPÉCIES E SUA ADMISSIBILIDADE COMO FONTE DO ACTUAL DIREITO PORTUGUÊS
18. USOS INTERPRETATIVOS E USOS SUPLETIVOS
19. PROVA DOS USOS E COSTUMES
20. DOUTRINA
21. JURISPRUDÊNCIA
22. OBRIGATORIEDADE DA NORMA JURÍDICA
23. EQUIDADE

CAPÍTULO III – RAMOS DO DIREITO

24. NECESSIDADE DA DIVISÃO DO DIREITO EM RAMOS
25. DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO
26. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
27. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
28. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO
29. RAMOS DO DIREITO PÚBLICO
30. RAMOS DO DIREITO PRIVADO
31. RAMOS MISTOS DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO
32. CIÊNCIAS AUXILIARES DO DIREITO
33. DIREITO COMUNITÁRIO

CAPÍTULO IV – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI

34. O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI
35. CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO DA LEI
36. NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO
37. INTERPRETAÇÃO LEGISLATIVA E INTERPRETAÇÃO LITERÁRIO-FILOLÓGICA
38. A INTERPRETAÇÃO COMO TÉCNICA E COMO ARTE
39. INTERPRETAÇÃO DOUTRINAL E INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA
40. ESPECIALIDADES DA INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA
41. ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO
42. ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO QUANTO AO RESULTADO
43. INTEGRAÇÃO DAS LACUNAS DA LEI
44. SUBJECTIVISMO E OBJECTIVISMO NA INTERPRETAÇÃO DA LEI
45. APLICAÇÃO ACTUALISTA DA LEI
46. A ESCOLA DO DIREITO LIVRE

CAPÍTULO V – APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

47. O princípio da irretroactividade da lei
48. Teoria dos direitos adquiridos
49. Teoria das situações jurídicas subjectivas e das situações jurídicas objectivas
50. Teoria do facto passado
51. Teoria das situações jurídicas de execução instantânea e das situações jurídicas de execução duradoura
52. O artigo 12º do Código Civil
53. O artigo 13º do Código Civil
54. Inconstitucionalidade de certas leis retroactivas

CAPÍTULO VI – APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO

55. O problema da aplicação da lei no espaço
56. Estrutura e funcionamento das normas de direito internacional privado
57. Relações entre o direito internacional público e o direito internacional privado
58. Principais regras do direito internacional privado português

CAPÍTULO VII – ACTUAÇÃO EM COLABORAÇÃO COM A LEI

59. O interesse como base do direito
60. Solidariedade e conflitos de interesses
61. Resolução dos conflitos de interesses pelo Estado: heteronomia
62. Resolução dos conflitos de interesses pelos próprios interessados: autonomia

CAPÍTULO VIII – ACTUAÇÃO EM REBELIÃO COM A LEI

63. Acto ilícito – ilícito civil, penal e disciplinar
64. Violação da norma jurídica: meios preventivos e meios repressivos; os meios compulsórios

CAPÍTULO IX – REALIZAÇÃO COACTIVA DO DIREITO

65. A força ao serviço do direito
66. Função da Administração Pública na realização do direito; noção e espécies de polícia
67. Formas de justiça: pública, privada e arbitral
68. Organização dos tribunais
69. Divisão judicial
70. Competência dos tribunais judiciais
71. Hierarquia judiciária
72. Modalidades de processo civil
73. Modalidades de processo civil quanto ao fim
74. Modalidades de processo civil quanto à forma
75. Procedimentos cautelares
76. Tramitação geral do processo declarativo ordinário: fases dos articulados, do despacho saneador, da instrução, da discussão e julgamento e dos recursos
77. Processos de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária

Hmy

CAPÍTULO X – RELAÇÃO JURÍDICA

SECÇÃO I – GENERALIDADES

- 78. Conceito de relação jurídica
- 79. Elementos da relação jurídica
- 80. Estrutura interna e externa da relação jurídica
- 81. Localização das relações jurídicas no Código Civil

SECÇÃO II – SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

SUBSECÇÃO I – PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA

- 82. Sujeito de direito; personalidade jurídica
- 83. Capacidade de gozo de direitos
- 84. Capacidade de exercício de direitos
- 85. Incapacidades de exercício
- 86. Pessoas singulares e pessoas colectivas

SUBSECÇÃO II – PESSOAS SINGULARES

- 87. Começo da personalidade
- 88. Condição jurídica do nascituro
- 89. Extinção da personalidade
- 90. Comoriência
- 91. Morte presumida

SUBSECÇÃO III – PESSOAS COLECTIVAS

- 92. Noção de pessoa colectiva
- 93. Pessoas colectivas públicas e pessoas colectivas privadas
- 94. Pessoas colectivas públicas
- 95. Pessoas colectivas públicas territoriais
- 96. Pessoas colectivas públicas não territoriais
- 97. Pessoas colectivas privadas: associações, sociedades e fundações

SECÇÃO III – OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA

- 98. Objecto imediato da relação jurídica
- 99. Objecto mediato da relação jurídica
- 100. Direitos sobre outras pessoas
- 101. Direitos sobre a própria pessoa
- 102. Direitos a um facto
- 103. Direitos sobre coisas
- 104. Coisa corpórea
- 105. Objectos materiais insusceptíveis de apropriação individual
- 106. Coisas incorpóreas
- 107. Direitos sobre direitos
- 108. Património
- 109. Patrimónios autónomos
- 110. Patrimónios colectivos
- 111. Universalidades

SECÇÃO IV – FACTO JURÍDICO

- 112. Função do facto jurídico
- 113. Factos jurídicos e actos jurídicos
- 114. Actos lícitos e actos ilícitos
- 115. Negócio jurídico
- 116. Actos jurídicos não negociais
- 117. Negócios unilaterais e negócios plurilaterais (contratos)
- 118. Declarações negociais receptícias e não receptícias
- 119. Contratos reais quanto à forma e quanto ao efeito
- 120. Elementos essenciais do contrato
- 121. Cláusulas acessórias dos contratos
- 122. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos

SECÇÃO V – GARANTIA

- 123. Remissão

PARTE II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – PRELIMINARES

- 124. Obrigação: em sentido amplo, em sentido restrito e em sentido próprio; terminologia
- 125. Os problemas da patrimonialidade da obrigação e da autonomia da obrigação
- 126. O interesse do credor como fim da obrigação
- 127. O princípio da boa fé
- 128. Distinção entre direitos de crédito e direitos reais
- 129. Importância do direito das obrigações e sua localização no Código Civil

CAPÍTULO II – ELEMENTOS DAS OBRIGAÇÕES

- 130. Sujeitos
- 131. Objecto, modalidades e requisitos
- 132. Facto jurídico
- 133. Garantia
- 134. Obrigações naturais

CAPÍTULO III – FONTES DAS OBRIGAÇÕES

- 135. Conceito e espécies de fontes das obrigações
- 136. Contratos: conceito; regulamentação legal; liberdade contratual; formação
 - a) Contrato-promessa
 - b) b)Pacto de preferência
 - c) c)Contrato a favor de terceiro
 - d) d)Contrato para pessoa a nomear
- 137. Negócios unilaterais
 - a) Carácter excepcional da admissibilidade dos negócios jurídicos como fontes de obrigações
 - b) Promessa pública e concursos públicos
- 138. Gestão de negócios
 - a) Conceito, justificação e requisitos
 - b) Relações a que dá origem
- 139. Enriquecimento sem causa

140. Factos geradores de responsabilidade extraobrigacional

- a) Noção de responsabilidade civil
- b) Responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade disciplinar
- c) Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa
- d) Responsabilidade obrigacional e extraobrigacional
- e) Localização da responsabilidade civil no Código Civil

CAPÍTULO IV – MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

141. Obrigações solidárias (disposições gerais; solidariedade entre devedores e entre credores)

142. Obrigações divisíveis e indivisíveis

143. Obrigações genéricas

144. Obrigações alternativas

145. Obrigações pecuniárias

- a) De quantidade
- b) De moeda específica
- c) Em moeda com curso legal apenas no estrangeiro

146. Obrigações de juros

147. Obrigação de indemnização

148. Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos

CAPÍTULO V – TRANSMISSÃO DE CRÉDITOS E DE DÍVIDAS

149. Noção

150. Modalidades

- a) Cessão de créditos
- b) Sub-rogação
- c) Transmissão singular de dívidas (assunção de dívida)

CAPÍTULO VI – GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

151. Noção

152. Meios conservatórios da garantia patrimonial

- a) Declaração de nulidade
- b) Sub-rogação do credor ao devedor
- c) Impugnação pauliana
- d) Arresto

CAPÍTULO VII – GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES

153. Noção; a prestação de caução

154. Modalidades

- a) Fiança
- b) Consignação de rendimentos
- c) Penhor
- d) Hipoteca
- e) Privilégios creditórios
- f) Direito de retenção

155. Cumprimento

- a) Generalidades
- b) Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação
- c) Lugar da prestação
- d) Prazo da prestação
- e) Imputação do cumprimento
- f) Prova do cumprimento
- g) Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento
- h) Invalidade do cumprimento

156. Não cumprimento

- a) Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor
- b) Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor (princípios gerais; impossibilidade do cumprimento; mora do devedor; fixação contratual dos direitos do credor)
- c) Mora do credor

157. Realização coactiva da prestação

- a) Acção de cumprimento e execução
- b) Execução específica

158. Cessão de bens aos credores

CAPÍTULO IX – CAUSAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALÉM DO CUMPRIMENTO

159. Generalidades

160. Modalidades

- a) Dação em cumprimento e dação em função do cumprimento
- b) Consignação em depósito
- c) Compensação
- d) Novação
- f) Remissão
- g) Confusão

RELATIVA À PARTE I

ANTÓNIO MARIA PINHEIRO TORRES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Ed. Rei dos Livros, 1998

ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *“Noções Gerais de Direito”*, Ed. CEFA, 2003

EURICO HEITOR CONSCIÊNCIA, *“Breve Introdução ao Estudo do Direito”*, 3ª Ed, Almedina, 2007

FERNANDO J. BRONZE, *“Lições de Introdução ao Direito”*, Coimbra Editora, 2006

GERMANO MARQUES DA SILVA, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Universidade Católica, 2ª ed., 2007

INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Vol. I, 11ª ed., e Vol. II, 10ª ed., Coimbra Editora

JOÃO BAPTISTA MACHADO, *“Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador”*, 17ª ed., 2008

JOÃO CASTRO MENDES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, ed. Revista por Miguel Teixeira de Sousa, Lisboa, 2004

JOÃO GONÇALVES PROENÇA, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Universidade Lusíada, 1995

JOSÉ DIAS MARQUES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, 2ª ed., PF, 1994

JOSÉ OLIVEIRA ASCENSÃO, *“O Direito – Introdução e Teoria Geral”*, 2ª ed., Almedina, 2008

MARCELO REBELO DE SOUSA, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, 5ª ed., Lex, 2000 (em co-autoria com Sofia Galvão)

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *“Noções de Direito”*, 3ª ed., Almedina

MÁRIO REIS MARQUES, *“Introdução ao Direito”*, 2ª ed., Almedina, 2007

NUNO SÁ GOMES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, IUS, 2001

PAULO OTERO, *“Lições de Introdução ao Estudo do Direito”*, Vol. I, tomo 1º, 1998, e tomo 2º, 1999

PEDRO EIRÓ, *“Noções Elementares de Direito”*, Verbo, 2002

SANTOS JUSTO, *“Introdução ao estudo do Direito”*, Coimbra Editora, 2006

RELATIVA À PARTE II

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *“Direito das Obrigações”*, Vols. I e II, 1980

FERNANDO PESSOA JORGE, *“Lições de Direito das Obrigações”*, Vols. I e II, 1967-1969, e *“Direito das Obrigações”*, 1975-1976, ed. Fotocopiada

INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *“Direito das Obrigações”*, 7ª ed., Coimbra Editora, 2000

JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *“Das Obrigações em Geral”*, Vol I, 5ª ed., 2008, e Vol. II, 4ª ed., 2007, Almedina

JORGE LEITE AREIAS RIBEIRO FARIA, *“Direito das Obrigações”*, Vols. I e II, 1990

JOSÉ DIAS MARQUES, *“Noções Elementares de Direito Civil”*, 7ª ed., 1992

LUIS M. MENEZES LEITÃO, *“Direito das Obrigações”*, Vols. I, II e III, Almedina, 2008

MANUEL JANUÁRIO COSTA GOMES, *“Direito das Obrigações”*, 2ª ed., 2007

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *“Direito das Obrigações”*, 9ª ed., Almedina, 2001

NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA, *“Direito das Obrigações”*, Almedina, 2005

RUI ALARCÃO, *“Direito das Obrigações”*, Coimbra, 1983

RELATIVA ÀS PARTES I E II

MANUEL S. D. NEVES FERREIRA, *“Introdução ao Direito e às Obrigações”*, 3ª ed., Almedina, 2007

WEBGRAFIA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua

Avaliação Periódica

Avaliação Final

Através de Frequências (Duas). A média não inferior a 10 valores faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação, desde que em nenhuma delas a classificação obtida seja inferior a 7 valores.

Exame escrito. A aprovação no mesmo depende da obtenção de classificação igual a, pelo menos, 10 valores.

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia

Horário

Local

Horário José de Campos Lopes